



MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM MANAUS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
00005/2026, QUE FAZEM ENTRE SI, POR
INTERMÉDIO DO CENTRO DE
INTENDÊNCIA DA MARINHA EM MANAUS
E COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS
BOM SUCESSO.

O Comando da Marinha, por intermédio do Centro de Intendência da Marinha em Manaus, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Rio Itaquai, s/nº, Vila Buriti, Manaus - AM, CEP: 69072-080, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.502/0401-03, representada neste ato pelo Ordenador de Despesas CF (IM) ANGELO MAGALHÃES, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS BOM SUCESSO com sede à Rua Recanto do Peixe boi, Tarumã Açu, CEP 69.022-462, em Manaus-AM, inscrita no CNPJ sob nº 28.131.176/0001-00, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos nº 8, de 2024, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2026, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, na modalidade Compra Institucional, para atendimento da demanda dos órgãos da administração pública federal, de acordo com o edital da Chamada Pública nº 01/2026, o qual é parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados a partir de **07/07/2026**, sendo prorrogável nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência da contratação vigorará a partir de **07/07/2026** até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 12 (doze) meses após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRODUTOS

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da agricultura familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Proposta de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar, parte integrante deste Instrumento.

Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	QUEIJO COALHO 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM ORIGINAL A VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLÁVEL, RESISTENTE. CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, Nº DE LOTE, QUANTIDADE DE 1 KG, COM CERTIFICAÇÃO SIF/SIM OU SI.	KG	5145	R\$ 40,81	R\$ 209.967,45
3	LEGUME IN NATURA, TIPO ABÓBORA CABOTIÁ.	KG	13512	R\$ 6,66	R\$ 89.989,92
5	VERDURA IN NATURA, TIPO ALFACE, ESPÉCIE CRESPA.	MÇ	7334	R\$ 4,09	R\$ 29.996,06
6	BATATA INGLESA - DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRA E FRESCA, SEM RUPTURA, TAMANHO MÉDIO.	KG	28625	R\$ 5,24	R\$ 149.995,00
7	BATATA DOCE - BRANCA OU ROXA, DE 1ª QUALIDADE TAMANHO MÉDIAM ÍNTEGRA E FRESCA, COM CASCA SÃ, SEM	KG	11516	R\$ 5,21	R\$ 59.998,36
8	BETERRABA DE 1ª QUALIDADE COM CONSISTÊNCIA E COLORAÇÃO BEM FIRME E DE TAMANHO MÉDIO. CASCA LISA, SEM RACHADURAS E COM FOLHAS BRILHANTES, COM AUSÊNCIA DE RAMAS.	KG	9311	R\$ 5,54	R\$ 51.582,94
9	CEBOLA OVALADA MÉDIA EXTRA, BULBOS FIRMES, COM CASCA SECA E PESCOÇO SECO E CICATRIZADO, AUSÊNCIA DE BULBOS BROTADOS, COM FERIDAS, ÁREAS AMOLECIDAS E MOFO.	KG	22668	R\$ 3,97	R\$ 89.991,96
10	CENOURA - SEM FOLHAS, TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, SEM RUPTURAS.	KG	16071	R\$ 5,60	R\$ 89.997,60
11	VERDURA IN NATURA, TIPO COUVE, ESPÉCIE COMUM/BRUXELAS.	KG	6302	R\$ 4,76	R\$ 29.997,52
12	LEGUME IN NATURA, TIPO MACAXEIRA, ESPÉCIE COMUM	KG	13251	R\$ 6,73	R\$ 89.179,23

	(BRANCA / AMARELA).				
13	REPOLHO LISO JAPONÊS, MÉDIO ,FIRME,COMPACTO E SEM RACHADURAS, AS FOLHAS LIVRES DE MANCHAS E DE PERFURAÇÕES	KG	9859	R\$ 4,88	R\$ 48.111,92
14	FRUTA IN NATURA, TIPO LARANJA, ESPÉCIE PÊRA	KG	19377	R\$ 4,43	R\$ 85.840,11
15	FRUTA IN NATURA, TIPO ABACAXI, ESPÉCIE COMUM, CARACTERÍSTICAS SEM COROA.	UN	25653	R\$ 7,14	R\$ 183.162,42
16	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE PRATA.	KG	24822	R\$ 7,25	R\$ 179.959,50
18	LIMÃO REGIONAL, IN NATURA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, PRODUTO PRÓPRIO PARA CONSUMO	KG	11406	R\$ 5,26	R\$ 59.995,56
20	FRUTA IN NATURA, TIPO MAMÃO, ESPÉCIE HAVAI.	KG	14316	R\$ 8,38	R\$ 119.968,08
22	MAÇÃ DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO FUJI, VERMELHA IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS R LARVAS,	KG	20592	R\$ 8,74	R\$ 179.974,08
TOTAL					R\$ 1.747.707,71

O montante acima é meramente estimativo. Os pagamentos serão realizados conforme os pedidos e as entregas dos gêneros forem acontecendo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar é de até R\$ 30.000,00 por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Compra Institucional.

O limite de venda da organização fornecedora por órgão comprador deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 6.000.000,00, por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou CAF Pessoa Jurídica, respeitados os limites por unidade familiar.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento dos órgãos compradores para o exercício de 2025, na classificação abaixo

Gestão/Unidade: 788820

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho Resumido: 174713

Plano Interno: B.441

Natureza de Despesas: 339030

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

O início da entrega dos gêneros alimentícios se dará no prazo previsto no Edital de Chamada Pública, que é de 10 (dez) dias corridos após a emissão e recebimento da nota de empenho.

A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o Edital da Chamada Pública.

O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela entrega daqueles, no local previamente acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

Caso haja o fornecimento total dos itens, nos quantitativos descritos na Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de **R\$ 1.747.707,71 (um milhão setecentos e quarenta e sete mil setecentos e sete reais e setenta e um centavos)**.

Tal valor é estimativo, já que as quantidades foram baseadas em estudos técnicos, levantamentos históricos de consumo e previsão de demanda futura, não implicando a obrigação de aquisição integral dos valores.

No valor mencionado estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE, após receber os documentos das Notas Fiscais de Venda, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a última entrega do mês, por meio de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Das obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;
- b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos gêneros alimentícios recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d) notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido; no total ou em parte, às suas expensas;

e) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

f) efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Edital de chamada pública;

g) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

h) aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

j) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

k) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

l) cumprir rigorosamente o cronograma de execução estabelecido, de acordo com as datas e prazos estipulados para a entrega dos gêneros alimentícios da agricultura familiar;

m) qualquer atraso ou descumprimento do cronograma por parte da CONTRATANTE deverá ser comunicado ao CONTRATADO com antecedência, por escrito, de forma a permitir negociações para ajustar as datas, desde que tal ajuste seja viável e não cause prejuízos excessivos ao CONTRATADO.

2. Das obrigações da Contratada:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e na sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) substituir, às suas expensas, em prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua notificação, o objeto com vícios ou defeitos;

c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

- f) cumprir os limites financeiros de participação previstos na alínea b), inciso I, Art. 6º do Decreto nº 11802/2023 e alínea b), inciso II, Art. 6º do referido Decreto, quando for o caso;
- g) o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- h) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10 % (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" da cláusula décima, de 20% a 40% do valor do Contrato.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" da cláusula décima, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- Para infração descrita na alínea "b" da cláusula décima, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
- Para infrações descritas na alínea "d" da cláusula décima, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula décima, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMPROVAÇÕES

O CONTRATADO deverá guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização efetuada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DESCUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO

Em caso de descumprimento injustificado do cronograma de execução ou da periodicidade dos pedidos por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO terá o direito de notificar a CONTRATANTE por escrito, solicitando a regularização da situação. Caso a CONTRATANTE não tome as medidas necessárias para corrigir os atrasos ou não justifique

adequadamente eventuais atrasos, fica a contratante sujeito às penalidades previstas na cláusula décima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS NORMATIVOS

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 90.009/2025, pela Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos n.º 8/2024, pela Lei n.º 14.628, de 20 de julho 2023, e pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, de onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ADITAMENTO

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, ou findo o prazo de 12 (doze) meses da assinatura.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Manaus/AM para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento digitalmente, na presença de duas testemunhas.

ANGELO

MAGALHAES:0

5424657796

Assinado de forma digital
por ANGELO
MAGALHAES:05424657796
Dados: 2026.08.25 16:58:39
-03'00'

ANGELO MAGALHÃES

Capitão de Fragata (IM)

Ordenador de Despesas

Representante do Contratante

ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente
gov.br **FABIO ADOLFO DE SOUZA SILVA**
Data: 24/08/2026 11:15:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FÁBIO ADOLFO DE SOUZA SILVA

Primeiro-Tenente (IM)

Testemunha

ASSINADO DIGITALMENTE

Manaus, AM, na data da assinatura.

COOPERATIVA DE
PRODUTORES RURAIS BOM
SUCESSO:28131176000100

Assinado de forma digital por
COOPERATIVA DE PRODUTORES
RURAIS BOM
SUCESSO:28131176000100
Dados: 2026.08.20 11:50:19 -03'00'

PAULO MESSIAS PENA DE ABREU

Representante da Contratada

ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente
gov.br **EMILSON JEAN PENA DA SILVA**
Data: 20/08/2026 13:41:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EMILSON JEAN PENA DA SILVA

Sub-Oficial RM1-AR

Testemunha

ASSINADO DIGITALMENTE